



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <https://www.ufcat.edu.br>

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Processo nº 23852.000054/2023-44

Interessado: Prefeitura Universitária

Atesto para os devidos fins que a Empresa CACTOS SERVIÇOS GRAIS LTDA, inscrita no CNPJ, sob o n.º 07.546.074/0001-77, estabelecida à Rua Beira Rio nº 428, Bairro: Santa Inês, Macapá/AP CEP: 68.901-470, firmou com esta Universidade Federal de Catalão-UFCAT o Contrato nº. 701/2021, cujo objeto é a **Prestação de Serviços continuados de Encarregado Administrativo e Carregador (Veículos de Transportes terrestres) com eventual pagamento de diárias para viagens nacionais a serviço para atender a Universidade Federal de Catalão (UFCAT), na cidade de Catalão (GO), conforme Contrato nº 701/2021 e Termos de Apostilamentos.**

Os serviços de contratação são objeto do Processo Administrativo Digital SEI n.º 23852.000054/2023-44, firmados através do Termo de Contrato nº. 701/2021 em 05/01/2022, como Termos Aditivo de prorrogação contratual e Termos de Apostilamento.

ATESTO ainda que os serviços executados e demais compromissos assumidos pela Empresa estão de acordo com os prazos e termos previstos no referido Contrato e que durante o prazo de execução dos serviços, a referida empresa não sofreu penalidades.

Declaramos por fim, que os serviços foram prestados a contento, não havendo nada que desabone a conduta da empresa no que tange às obrigações assumidas, podendo a mesma fazer uso do presente **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** para o que julgar necessário.

- Valor mensal dos serviços atualizados: R\$ 230.659,62 (duzentos e trinta mil seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos);
- Valor anual dos serviços atualizados: R\$ 2.951.039,04 (dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil trinta e nove reais e quatro centavos);
- Início da vigência do Contrato: 05/01/2022;
- Final da Vigência: 05/01/2025;
- Quantidade de Postos: 03 (Três) Carregadores de Veículos de Transportes Terrestres e 48 (Quarenta e Oito) Encarregados Administrativos.

Sílvio Cezar de Melo
Gestor do Contrato nº. 701/2021



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO CEZAR DE MELO, Prefeito(a) Universitário(a)**, em 27/01/2025, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0157726** e o código CRC **EE82C07C**.

Referência: Processo nº 23852.000054/2023-44

SEI nº 0157726



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIREÇÃO - REGIONAL CATALÃO

CONTRATO SEI Nº 701/2021

**TERMO
DE
CONTRATO
DE
PRESTAÇÃO
DE
SERVIÇOS Nº
701/2021 QUE
FAZEM
ENTRE
SI A
UNIÃO,
POR
INTERMÉDIO
DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE
CATALÃO
E A
EMPRESA CACTOS
SERVIÇOS
GERAIS
EIRELI
-
EPP.**

A União por intermédio da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO**, com sede na Avenida Lamartine Pinto de Avelar, 1.120, Setor Universitário, na cidade de Catalão/Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 35.834.377/0001-20, neste ato representada pela sua Reitora pro tempore, **Profª. Roselma Lucchese**, brasileira, casada, portadora do RG 16821501, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 098.208.828-00, residente e domiciliada em Catalão/Goiás, nomeada pela Portaria nº 2.119, de 10 de dezembro de 2019, publicada no *DOU* de 11 de dezembro de 2019, portadora da matrícula SIAPE nº 1546573, doravante denominada CONTRATANTE, e a **EMPRESA CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.546.074/0001-77, Matriz: Avenida Vila das Oliveiras nº 171, Bairro: Pedrinhas, Macapá/AP, CEP: 68.903-126, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela **Sra. Débora Helena Vieira de Oliveira**, portador da Carteira de Identidade nº 796.0535, expedida pela Polícia Civil do Pará, e CPF nº 040.559.332-58, tendo em vista o que consta no Processo nº 23070.036879/2021-32, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 3166/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de **Encarregado Administrativo e Carregador (veículos de transportes terrestres) e pretende-se ainda contratar o pagamento de diárias para viagens nacionais a serviço para atender a Universidade Federal de Catalão (UFCAT)**, na cidade de Catalão (GO), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS/DIÁRIAS	CARGA HORÁRIA	VALORES ANUAIS
1	Encarregado Administrativo CBO nº 4101-05	UFCAT - Campus I e II e unidades esparsas.	55	44 horas semanais (segunda-feira a sexta-feira das 7h às 22h e aos sábados das 7h às 18h)	R\$ 2.130.704,40
2	Carregador (veículos de transportes terrestres) CBO nº 7832-15	UFCAT - Campus I e II e unidades esparsas.	3	44 horas semanais (segunda-feira a sexta-feira das 7h às 22h e aos sábados das 7h às 18h)	R\$ 131.158,08
3	Diária Nacional Sem Pernoite	-	60	-	R\$ 5.190,00
4	Diária Nacional Com Pernoite	-	60	-	R\$ 9.084,00
TOTAL ANUAL					R\$ 2.276.136,48

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece

economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação sem considerar às diárias é de **R\$ 188.488,54** (cento e oitenta e oito mil quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), perfazendo o total anual de **R\$ 2.276.136,48** (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil cento e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), com às diárias inclusas.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 156679/26452

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 170632

Elemento de Despesa: 339037

PI: M0000N0100N

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os vales das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste Instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Goiás - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato que depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Roselma Lucchese
Responsável legal da CONTRATANTE

Débora Helena Vieira de Oliveira
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1 -
- 2 -

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO N° 701/2021

A **EMPRESA CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ nº 07.546.074/0001-77, por intermédio de sua representante legal, a **Sra. Débora Helena Vieira de Oliveira**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 796.0535, expedida pela Polícia Civil do Pará, e do CPF nº 040.559.332-58, **AUTORIZA** a Universidade Federal de Catalão, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão nº 3166/2021:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da **EMPRESA CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI - EPP**, junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da Universidade Federal de Catalão, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Catalão (GO), de..... de 20....

Débora Helena Vieira de Oliveira
Responsável legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Débora Helena Vieira de Oliveira**, **Usuário Externo**, em 03/01/2022, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roselma Lucchese, Reitora Pro Tempore**, em 05/01/2022, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2600500** e o código CRC **AF3EAE87**.

Referência: Processo nº 23070.036879/2021-32

SEI nº 2600500



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1.120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - https://www.ufcat.edu.br

TERMO ADITIVO

Processo nº 23852.000054/2023-44

TERMO ADITIVO 03/2023 AO CONTRATO Nº 701/2021, QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO E A EMPRESA CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO**, com sede na Avenida Lamartine Pinto de Avelar, nº 1.120, Setor Universitário, na cidade de Catalão/Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 35.834.377/0001-20, neste ato representada pela sua Reitora *Pro Tempore*, **Profª. Roselma Lucchese**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 16821501, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 098.208.828-00, residente e domiciliada em Catalão/Goiás, nomeada pela Portaria nº 2.119, de 10 de dezembro de 2019, publicada no DOU, em 11 de dezembro de 2019, portadora da matrícula SIAPE nº 1546573, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.546.074/0001-77, sediada na Avenida Vila das Oliveiras nº 171, Bairro Pedrinhas, na cidade de Macapá/Amapá, CEP: 68.903-126, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo **Sra. Débora Helena Vieira de Oliveira**, portadora da Carteira de Identidade nº 796.0535, expedida pela Polícia Civil do Pará, e CPF nº 040.559.332-58, tendo em vista o que consta nos processos nº 23070.036879/2021-32 e nº 23852.000054/2023-44, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato SEI nº 701/2021, decorrente do Pregão nº 3166/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação, por mais 12 (doze) meses, do prazo de vigência do Contrato Administrativo de Serviços Continuados nº 701/2021, conforme previsto na Cláusula Segunda - Vigência, e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, com início na data de 05/01/2024 e término em 05/01/2025.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26452/156679

Fonte: 1000000000

Programa de Trabalho: 170632

Elemento de Despesa: 339037

PI: M20RKN0105N

2.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

3.1. A contratada fica obrigada a renovar a garantia em decorrência da prorrogação, objeto deste Termo Aditivo, e complementá-la, caso necessário, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as demais regras constantes do Termo de Referência, totalizando o valor de R\$ 136.175,71 (cento e trinta e seis mil cento e setenta e cinco reais e setenta e um centavos).

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REPACTUAÇÃO

4.1. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito à repactuação de valores relativos aos fatos anteriores a este Termo Aditivo para manutenção da adequação contratual estabelecida na licitação e no contrato, não implicando a presente prorrogação em qualquer tipo de renúncia ou novação, tácita ou expressa.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato Administrativo, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo Aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes.

Catalão/GO, (data e assinaturas eletrônicas).

Reitora Pro Tempore, Profª. Roselma Lucchese

Representante legal da CONTRATANTE

Sra. Débora Helena Vieira de Oliveira

Representante legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Cactos Serviços registrado(a) civilmente como Débora Helena Vieira de Oliveira, Usuário Externo**, em 22/11/2023, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSELMA LUCCHESI, Reitor(a)**, em 22/11/2023, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0010002** e o código CRC **6DE110FA**.